

Cotas em universidades públicas no Rio de Janeiro e na Bahia

O sistema educacional brasileiro é caracterizado pela baixa qualidade das escolas públicas e pela alta qualidade das universidades públicas. O resultado desta combinação é que, especialmente para os cursos mais demandados, como medicina e engenharia, poucos alunos oriundos da rede pública de ensino são admitidos em universidades públicas. Além disso, como a maior parte dos alunos negros estuda em escolas públicas, há também uma subrepresentação deste grupo nos cursos mais concorridos das universidades públicas.

É importante ressaltar que o critério de admissão utilizado por estas universidades é somente o vestibular; não há nenhum critério subjetivo. Neste contexto, não há meios para universidades públicas discriminarem contra qualquer grupo de estudantes. O único motivo pelo qual os estudantes de escolas públicas encontram maiores dificuldades de serem admitidos é a pior qualidade da educação que obtiveram, quando comparada à qualidade da educação recebida por estudantes de escolas privadas.

A partir do vestibular 2003 (realizado no ano de 2002), duas universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), e uma da Bahia, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituíram um sistema de cotas em seus processos de seleção.

Neste ano, a UERJ e a UENF foram obrigadas a instituir um sistema de cotas a partir de duas leis aprovadas sem o consentimento da própria universidade. A primeira lei instituía que 50% dos alunos admitidos deveriam ser oriundos de escolas públicas, enquanto a segunda instituía que 40% deveriam ser negros ou pardos. Para se adequar a estas leis, neste ano foram realizados dois vestibulares, um em que só concorriam alunos de escola pública do Rio de Janeiro, chamado vestibular SADE, e outro onde todos concorriam, sendo destinadas a cada um 50% das vagas destas universidades. Além disto, para estes dois vestibulares foram reservadas 40% das vagas para negros ou pardos.

Este sistema foi alterado no vestibular 2004 (realizado no ano de 2003), onde foi instituída cota de 20% para alunos oriundos de escola pública, 20% para negros e 5% para deficientes físicos ou integrantes de minorias étnicas. É importante notar que os alunos pardos deixaram de ser beneficiados neste ano.

Por outro lado, por decisão da própria universidade, a UNEB instituiu cota de 40% para alunos afro-descendentes (negros ou pardos) oriundos de escola pública tanto para o vestibular 2003 quanto para o vestibular 2004.

Embora este cenário seja comum a todos os estados do Brasil, até o ano de 2003 apenas estes dois estados apresentaram efetivamente políticas de ação afirmativa em universidades públicas. A partir de 2004, universidades públicas de outros estados também instituíram tais políticas.

O início do ano de 2003 foi marcado por uma ampla cobertura do sistema de cotas instituído pela UERJ e pela UENF, assim que foram divulgados os resultados do vestibular 2003. Em primeiro lugar, foram discutidas mudanças na forma como o sistema de cotas deveria ser implementado no vestibular 2004. Portanto, havia certa incerteza sobre quais os alunos seriam beneficiados neste vestibular. De fato, ocorreram mudanças não só no percentual destinado a cada grupo como foi retirado o benefício para alunos pardos.

Além disto, alguns dados foram amplamente divulgados, apontando para o fato de que alunos beneficiados pelo sistema de cotas teriam sido admitidos com notas extremamente baixas. Segundo uma notícia publicada no jornal Folha de São Paulo do dia 08/02/2003, para o curso de odontologia, um dos mais concorridos da UERJ, o último candidato admitido entre os não cotistas fez 77,5 pontos de um total de 100 pontos, enquanto o último admitido entre os cotistas fez apenas 6,25 pontos. Segundo a mesma notícia, o último admitido entre os cotistas para o curso de engenharia civil fez apenas 4 pontos, enquanto o último colocado para o curso de matemática fez 12 pontos.

A divulgação destes dados provavelmente fez com que a percepção dos alunos beneficiados fosse de que a probabilidade de passar no vestibular para um dado nível de esforço tivesse aumentado muito. Mais do que isso, havia a percepção de que, mesmo para os cursos mais concorridos, a probabilidade de entrar mesmo se esforçando pouco ainda assim fosse alta.